



A supervisão escolar e sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem na educação especial inclusiva

*School supervision and its contribution in the process of teaching
and learning in inclusive special education*

Letícia Graudin de Negreiro

Rosemari Conti Gonçalves

Resumo: O presente artigo aborda os resultados da pesquisa que teve como foco a contribuição do supervisor escolar no processo de ensino e aprendizagem na Educação Especial Inclusiva. Para tanto, foram traçados dois objetivos específicos. O primeiro, foi o de analisar o trabalho do supervisor com a sua equipe docente e, o segundo, foi o de identificar em que medida as ações do supervisor têm contribuído para a qualidade de ensino do aluno da educação especial inclusiva. No balanço acadêmico realizado no site da SciELO e Ante foi possível perceber que o assunto em foco não é um tema pesquisado. Fato que significou uma motivação a mais para debater o tema. Os principais autores que fundamentaram a discussão foram Demerval Saviani, Raquel Mara, Gabriela Alias, Lucia Gusson Aguiar, Vera Maria Nigro de Souza Placco, Vera Lucia Trevisan de Souza, Mary Rangel. Em seguida, foi realizado um estudo de caso que teve como local a E.M. João Bernardino da Silveira Junior, da rede municipal em Joinville, Santa Catarina e como sujeito da pesquisa a Supervisora da escola. Para a coleta dos dados foi utilizada uma entrevista com a profissional citada na intenção de buscar elementos que respondessem à pergunta da pesquisa. Os dados levantados apontam que a supervisora compreende a importância de sua atuação na educação especial inclusiva, contudo acaba realizando somente o monitoramento do trabalho da profissional do Atendimento Educacional Especializado junto aos professores.

Palavras-chave: Supervisão Escolar, Educação Especial Inclusiva, Ensino e Aprendizagem.

Abstract: This article addresses the results of research that focused on the contribution of the school supervisor in the teaching and learning process in Inclusive Special Education. To this end, two specific objectives were outlined. The first was to analyze the supervisor's work with his teaching team, and the second was to identify to what extent the supervisor's actions have contributed to the quality of teaching of inclusive special education students. In the academic balance carried out on the SciELO and ANPEd website, it was possible to perceive that the subject in focus is not a researched topic. A fact that meant an additional motivation to debate the topic. The main authors who supported the discussion were Demerval Saviani, Raquel Mara, Gabriela Alias, Lucia Gusson Aguiar, Vera Maria Nigro de Souza Placco, Vera Lucia Trevisan de Souza, Mary Rangel. Then, a case study was carried out that had E.M. João Bernardino da Silveira Junior, from the municipal network in Joinville, Santa Catarina and as a subject of the research the Supervisor of the school. For data collection, an interview with the professional was used to seek elements that would answer the research question. The data collected indicate that the supervisor understands the importance of her work in inclusive special education, but ends up only monitoring the work of the Specialized Educational Service professional with the teachers.

Keywords: School Supervision, Inclusive Special Education, Teaching and Learning.

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida teve como foco a supervisão escolar no processo de ensino e aprendizagem na educação especial inclusiva¹, em uma escola da rede municipal em Joinville, Santa Catarina. Assim, tratou de levantar aspectos da ação supervisora no que diz respeito ao acompanhamento e contribuição com a prática pedagógica docente, mais especificamente, em relação ao atendimento aos professores que atendem alunos da educação especial inclusiva.

Na intenção de levantar dados que auxiliem na compreensão de como está o envolvimento do supervisor escolar com o rendimento escolar dos alunos de inclusão, a pesquisa teve como objetivo geral compreender o papel do supervisor escolar no processo de ensino aprendizagem dos referidos alunos.

Nesse sentido, dois objetivos específicos foram definidos. O primeiro, foi o de analisar o trabalho do supervisor com a sua equipe docente e, o segundo,

¹ O termo Educação Especial Inclusiva remete a educação para todos, é a interação entre todos os alunos, incluindo as pessoas com deficiência ao mesmo acesso de oportunidades no processo educativo.

foi o de identificar como as ações do supervisor podem contribuir para a qualidade de ensino do aluno da educação especial inclusiva.

Dessa forma, a pergunta da pesquisa foi a seguinte: qual é o papel do supervisor no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial inclusiva? Assim, pretendeu-se realizar uma aproximação da ação supervisora para verificar em que medida ela pode contribuir com a melhoria da prática docente em relação a essa modalidade de educação.

Quanto a relevância social do tema da pesquisa, ressalta-se a busca de elementos que possam auxiliar as redes de ensino e as equipes pedagógicas no trabalho que é desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, como também os pais ou responsáveis que desejam compreender o processo de aprendizagem de seus filhos. O Estatuto da Pessoa com deficiência, artigo 27, parágrafo único, diz que:

é dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, Art. 27).

Na intenção de aprofundar conhecimentos sobre o tema e trazer cientificidade ao assunto discutido, foi realizado um balanço de produções no site SciELO (Scientific Electronic Library Online) e ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), no período de 2008 até o presente ano. Nesse balanço foi possível observar que o tema em foco é pouco pesquisado, pois a supervisão escolar, aparentemente, não é associada a educação especial inclusiva.

No percurso metodológico, o nível da pesquisa desenvolvida foi a pesquisa descritiva e o tipo de pesquisa foi o estudo de caso.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista, realizada com o sujeito da pesquisa, uma supervisora escolar.

O local da pesquisa foi a escola E.M. João Bernardino da Silveira Junior, da rede municipal de Joinville, Santa Catarina.

Os dados levantados foram analisados à luz da abordagem qualitativa.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, o presente artigo traz um referencial teórico com aspectos da historicidade e conceito da supervisão escolar e da educação especial inclusiva.

Na sequência, apresenta o percurso metodológico, seguido da apresentação e interpretação dos dados coletados.

Ao final, à guisa de considerações finais, apresenta elementos que buscam responder à pergunta da pesquisa e, ainda, procura colocar para o leitor os aspectos levantados sobre a ação supervisora em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial inclusiva, trazendo algumas reflexões.

REFERENCIAL TEÓRICO

SUPERVISÃO ESCOLAR: HISTORICIDADE E CONCEITO

Dentre as leituras realizadas com a intenção de levantar aspectos da historicidade da supervisão escolar, destaca-se o autor Dermeval Saviani, Elma Côrrea de Lima e Raquel Mara. Esses autores nos apontam que a ação supervisora vem ocorrendo ao longo da história, obviamente com as diferenças históricas correspondentes a cada época.

Para Saviani (2002, p. 15), mesmo na Idade Antiga, quando as comunidades eram nômades e sobreviviam coletando frutos, pescando e caçando, relacionavam-se uns com os outros no dia a dia e educavam seus descendentes de maneira espontânea, a ação supervisora já se fazia presente.

Para o autor, essa ação ocorria por meio da “vigilância discreta, protegendo e orientando as crianças pelo exemplo e palavras, em suma supervisionando-as”.

O mesmo autor comenta que com a Revolução Neolítica, que significou a fixação do homem na terra, ou seja, as pessoas deixam de ser nômades e passam a ter moradia fixa, plantando e criando seus animais para seu sustento, surge a propriedade privada, pois passa a existir os proprietários e os não proprietários, dando início à sociedade dividida em classes. Nesse contexto, segundo Saviani (2002), a educação para a classe proprietária, que tem o tempo livre, passa a se organizar na forma escolar.

Na Idade Média a supervisão se faz presente na figura do pedagogo que, conforme Saviani (2002, p. 16), “é aquele que conduz a criança ao local de aprendizagem”. Esse pedagogo surge na Grécia Antiga como o escravo que toma conta da criança, supervisiona todos os seus atos e conseqüentemente educa. O mesmo autor afirma que, nessa época, a função supervisora também se fez presente na educação dos trabalhadores, por meio do intendente ou capataz que ensinava para o trabalho, bem como para que fossem submissos ao seu senhor.

Na idade moderna, quando a riqueza não é mais produzida no campo, com a agricultura, mas na cidade com o trabalho nas indústrias e se instaura o modo de produção capitalista. Diante dessa mudança, Saviani (2002, p.19) explica que surge a necessidade de levar a todos os conhecimentos da escola, ressaltando que “o que está em causa é o domínio de uma cultura intelectual, o que implicou a organização da educação na forma institucionalizada”. É com essa institucionalização da educação que a função de supervisor começa a ser constituída.

No Brasil, as primeiras iniciativas de uma educação institucionalizada surgem com os padres jesuítas. Segundo Saviani (2002, p. 20), um deles, denominado Padre Manoel da Nóbrega, elaborou o plano de ensino que ficou conhecido como Ratio Studiorum, que constituía “em um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino, indo desde as regras do provincial, a do reitor, do prefeito de estudos, dos professores

de modo geral e de cada matéria de ensino”. Para Saviani (2002, p. 21) a ideia de supervisão se encontrava na figura do Prefeito de Estudos, o qual “auxiliava na boa ordenação dos estudos, a quem os professores e alunos deveriam obedecer”.

Com as reformas pombalinas ocorre a expulsão dos jesuítas e o fim de seu sistema de ensino, assim são criadas as Aulas Régias e a função de supervisão de tais aulas fica a cargo do Diretor Geral dos Estudos e comissários por ele nomeados. Conforme Saviani (2002, p. 22), esses estavam incumbidos da “direção, fiscalização, coordenação e orientação do ensino, em nível local, a cargo dos comissários ou diretores dos estudos, os quais operavam por comissão do diretor geral dos estudos”.

Com a independência do Brasil, em 1824, a primeira constituição brasileira prevê que a instrução deve ser pública e gratuita. Desse modo, em 1827, a lei que cria as primeiras escolas públicas no Brasil determina que nas escolas de primeiras letras, o método de ensino deve ser o do Ensino Mútuo. Saviani (2002) explica que nesse método o professor também era o supervisor, pois preparava os alunos que mais se destacavam para serem monitores e depois supervisionava a monitoria que davam aos demais alunos.

Na reforma Couto Ferraz, em 1854, a ideia de supervisão se estabelece no cargo do Inspetor Geral, que segundo Saviani (2002, p. 23) tem como função “supervisionar, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação”, como também cabia ao inspetor geral “presidir os exames dos professores e lhes presidir diploma, autorizar a abertura de escolas particulares e até mesmo rever os livros, corrigi-los ou substituí-los por outros”.

Com o fim do período monárquico a ideia que se instaurava, segundo Saviani (2002) era a de organizar um sistema nacional de educação que integrasse e coordenasse todos os ofícios da educação. Nesse contexto, a ideia de supervisão ia se tornando mais clara.

Conforme Saviani (2002), no início período republicano a reforma da instrução pública paulista, ocorrida entre 1892 e 1896, foi a pioneira na organização do ensino primário em grupos escolares. Essa reforma instituiu o Conselho Superior da Educação Pública, a Diretoria Geral da Instrução Pública e os Inspectores de Distrito. As funções desses últimos eram mais burocráticas que técnicas-pedagógicas, no entanto, essa reforma não chegou a se consolidar.

Em 1897, de acordo com Saviani (2002, p. 25) “o Conselho Superior de Instrução Pública e as inspetorias distritais foram extintas, ficando a direção e inspeção do ensino a cargo de um inspetor geral, em todo o Estado”.

Na década de vinte, surgem os profissionais da Educação que, segundo Saviani (2002) trata-se do aparecimento dos técnicos em educação, constituindo-se uma nova categoria profissional. Como explica o mesmo autor (2002, p. 26), nesse período, surge a ideia de separar “a parte administrativa e a parte técnica”, dando condição para “o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor”.

Em 1930, segundo Lima (2001, p. 70), a supervisão “assume um caráter de liderança, de esforço cooperativo para o alcance dos objetivos, com a valorização dos processos de grupo na tomada de decisões”. Em seguida, com a reforma de Francisco Campos, se passa a olhar para a supervisão não como simples fiscalização, mas como um meio para formação do professor.

Em 1932, ocorre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que de acordo com Saviani (2002, p.27) “defende os técnicos em educação entre eles o supervisor, como propulsores do conhecimento científico”.

No ano de 1942, se dá a reforma Capanema liderada pelo ministro Gustavo Capanema que promoveu o ensino secundário. Segundo Lima (2001), o decreto cita que a inspeção não terá somente o viés administrativo, mas também a aplicação da orientação pedagógica.

Em 1960, conforme cita Lima (2001, p. 70), a ação supervisora começa a ter um olhar voltado para o currículo e as pesquisas realizadas passam a ocupar

“lugar proeminente na busca de novas soluções para a melhoria da qualidade de ensino”.

No ano de 1961 é assinada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB brasileira. De acordo com o contexto dessa época, a lei não menciona o supervisor, mas o inspetor. Segundo Lima (2001, p. 71), as mudanças ocorreram “dentro desse espírito de descentralização administrativa em nível de execução, a LDB descentraliza também a inspeção, delegando aos Estados a incumbência de organizar esse serviço referente ao ensino primário e médio”.

No ano de 1968, conforme Lima (2001), ocorre a reformulação do curso de pedagogia e surgem as habilitações, entre elas a supervisão, para a formação de técnicos para o trabalho pedagógico, com origens nos preceitos da educação tecnicista. Segundo Saviani (1988, p. 15 apud LIMA, p. 73) “a pedagogia tecnicista se apoia na neutralidade científica e se inspira nos princípios da racionalidade, eficácia e produtividade do sistema”. Assim, o supervisor escolar, nesse período, passa a exercer a função de controlar a qualidade de ensino.

Em 1970, ocorrem movimentos para a melhoria do sistema da educação, como o encontro Nacional de Supervisores de Educação. Segundo Saviani (1999 *apud* MARA, 2009), nesse movimento “defendia-se uma tese de que a função do supervisor é uma função política e não apenas técnica”.

Nos anos de 1980 ocorreu a primeira Conferência Brasileira de Educação que, segundo Saviani (2002), defendia que o curso de pedagogia deveria ter uma boa base teórica da educação, formando o profissional capaz de exercer qualquer atribuição no ambiente escolar.

No início dos anos 2000, conforme Lima (2001) comenta a supervisão pode realizar o uso da técnica, mas de forma contextualizada em fundamentos e processos pedagógicos, auxiliando e promovendo aos professores a coordenação das suas atividades e atualizando seus estudos.

Atualmente, a função supervisora se mostra ampla e complexa, onde o supervisor precisa ser um constante pesquisador em busca de conhecimentos para contribuir significativamente com o trabalho docente, planejando, orientando, acompanhando e avaliando a prática pedagógica.

Nesse sentido, segundo Ferreira (2007, s. p. apud MARA, 2009) o supervisor atual “sabe que precisa se dividir em muitas habilidades e criar elos entre as atividades de supervisionar, orientar e coordenar, desenvolvendo relações verdadeiramente democráticas”.

Diante da fala do autor, pode-se afirmar que os desafios atuais do supervisor estão relacionados com o seu compromisso com o aprofundamento de conhecimentos, com a prática pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem, buscando o trabalho coletivo, integrado com os professores e demais profissionais da escola, relações de trabalho democráticas, bem como zelar pela democracia da educação.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UMA APROXIMAÇÃO

Antes de tornar-se inclusiva, pode-se dizer que a educação especial era imprudente com o aluno com deficiência. Segundo Mazzotta e Aranha (2005, s.p. apud ALIAS, 2016, p. 11) “os momentos que marcam a história da Educação Especial no Brasil são: exclusão, segregação, integração e inclusão”².

Conforme a citação acima, a exclusão ocorria na forma de análise médica da deficiência, as pessoas consideradas risco para os demais, eram internadas e investigadas, segundo Alias (2016), em 1852 e 1853, foram inaugurados os hospícios São Paulo e Dom Pedro II, que tinha como objetivo isolar e afastar as

² A exclusão é estar totalmente fora da sociedade. A segregação é estar separado da sociedade. A integração é estar inserido, mas se adaptar à sociedade. A inclusão é o envolvimento com a sociedade sem diferenciação.

pessoas consideradas loucas para não incomodar ou ferir as consideradas normais.

No marco da segregação, segundo Alias (2016), cria-se o instituto dos meninos cegos em 1854, o instituto dos surdos-mudos em 1857 com o intuito de educar e integrar socialmente. Durante os anos de 1950 surgem as escolas especiais, como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que tem como objetivo a promoção do bem-estar e o desenvolvimento da pessoa com deficiência. Segundo Mendes (2006, s.p apud ALIAS, 2016, p. 15) “a segregação passou a ser vista também como uma prática dispendiosa para os cofres públicos, já que era muito caro manter um sistema de educação paralelo”.

A integração torna-se questão de política pública em 1961, segundo Alias (2016, p. 14), “com a LDB que cita o atendimento aos estudantes com deficiência, chamados na lei de excepcionais³, nas instituições públicas ou privadas que podem receber o financiamento do governo”. A autora Alias (2016, p. 16), expõe que as escolas e as instituições “passariam a propor técnicas para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, de forma que eles se adaptassem ao meio, no caso a escola, e não a escola a eles”. Entende-se que neste modo não existia adaptação curricular e nem um olhar diferenciado para o processo de aprendizagem.

Em combate com as situações que ocorriam no ambiente escolar, a inclusão passa a ser necessária, segundo Alias (2016) o estudante com deficiência começa a ser visto na escola, as políticas começam a introduzir meios que possibilitem um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Pode-se perceber que houve uma crescente transformação social, mas é necessário se atentar que ainda persiste em decrescer em alguns âmbitos escolares a não efetivação desse direito ao aluno com deficiência.

O direito a educação especial inclusiva já tinha indícios na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Segundo Alias (2016), na qual

³ Termo discriminatório por tratar a pessoa como alguém fora do comum.

ênfatiza o direito à educação de todos de forma gratuita e obrigatória, além de trazer princípios a questão da equidade, do respeito à diversidade.

Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988 no artigo 205:

  educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É garantido por lei que toda crianç a tenha direito a educação e que a família pode assegurar que a crianç a será atendida no que consta o documento oficial citado acima, principalmente no quesito do atendimento escolar como consta no artigo 208 e inciso III que cita a obrigatoriedade ao atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

A educação especial inclusiva tem o seu marco inicial com a Lei da declaração de Salamanca em 1994 que trouxe segundo Alias (2016 p.17) “a importância do direito de todos   educação”, como também “a escola se adaptar para receber o aluno e a pedagogia passar a ser centrada nas crianç as”. Foi a influência desta declaração que começ u a mobilizar a educação especial inclusiva.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB tem um capítulo específico para a educação especial, apontando que a escola precisa se adequar para receber o aluno, como é especificado no Artigo 59 e inciso I:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Dessa forma, compreende-se a importância da equipe pedagógica para o atendimento do aluno com deficiência, garantindo que o currículo seja pensado conforme a especificidade desse aluno e que se tenha metodologias e recursos adequados para que haja aprendizagem com significado.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 8) aborda um conjunto de normas para atender os sistemas de ensino e a população que apresenta necessidades educacionais especiais como “resultado do conjunto de estudos provenientes das bases, onde o fenômeno é vivido e trabalhado”.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, traz como objetivo o acesso, permanência e aprendizagem de alunos com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares orientando sistemas de ensino na promoção de necessidades educacionais. Essa política garante a formação da Educação Básica e do Ensino Superior, formação de professores no AEE e oferta desse atendimento, formação dos profissionais da educação para a inclusão, participação da família e comunidade, acessibilidade e a articulação intersetorial nas políticas públicas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, tem por objetivo assegurar e promover direitos as pessoas com deficiência, em seu Capítulo IV, Artigo 27 diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Além de definir como deve ser a educação para os alunos com deficiência, em seu Artigo 28, o documento também delega ao poder público “assegurar,

criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” todo o processo para uma educação inclusiva que traga a formação integral do aluno com deficiência.

O regimento único, documento criado em 2019 para escolas da rede municipal de ensino em Joinville, administrada pela secretaria de educação, regulamenta por meio da legislação a estrutura educacional. Esse documento traz na seção II, Da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no artigo 128:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, tendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE, como parte integrante da educação regular, devendo ser previsto no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Segundo o regimento, o papel do AEE é oferecer o atendimento no contraturno, aos alunos com deficiência como Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse atendimento ocorre em uma sala estruturada de materiais que possibilitam desenvolver atividades e recursos acessivos que estimulem o desenvolvimento para a formação no ensino regular.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida foi a de nível descritivo, que segundo Gil tem:

O objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Os estudos podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de

técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (1991, p. 25).

O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, que de acordo com Gil (1991, p. 58), é aquela que “permeia o objetivo de um ou poucos permitindo o amplo e detalhado conhecimento mediante os outros delineamentos considerados”.

Também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, é definida por Gil (2008, p. 29) como aquela pesquisa que “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi a entrevista, que conforme o mesmo autor, “pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 1991, p. 54).

O local da pesquisa foi uma escola municipal de Joinville, Santa Catarina, denominada E.M. João Bernardino da Silveira Junior.

O sujeito da pesquisa foi uma supervisora escolar, que foi entrevistada respondendo aos tópicos elencados pelo entrevistador com o objetivo de relatar suas atribuições e perspectivas sobre a Educação Especial Inclusiva e o relacionamento com a equipe pedagógica no que tange ao aluno da educação inclusiva na escola.

A abordagem utilizada para analisar os dados foi a qualitativa. Segundo os autores Denzin e Lincoln (2018, apud GIL, 2021, p. 16), a definição desse método é “uma modalidade de pesquisa de caráter essencialmente interpretativo, em que os pesquisadores estudam dentro dos contextos naturais destas, os fenômenos dos significados que as pessoas lhes atribuem”.

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

PERFIL DO SUJEITO DA PESQUISA

O sujeito da pesquisa foi a Supervisora Escolar da Escola Municipal João Bernardino da Silveira Júnior, da rede municipal em Joinville, Santa Catarina.

A profissional é graduada em História e Pedagogia, com Pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, também, em Gestão Escolar.

Formou-se no Curso de Pedagogia em 2012 e atua como supervisora escolar há nove anos como efetiva, sendo que já trabalhou em outra escola da rede municipal como supervisora antes de ingressar na escola atual.

Sua experiência profissional sempre foi na educação, iniciando como professora de berçário e depois lecionando nas demais idades da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Portanto, trata-se de uma profissional que tem uma carreira docente e que pela formação traz um arcabouço teórico e prático que reflete em sua prática na escola.

O SUPERVISOR ESCOLAR NO ALINHAMENTO DA ESCOLA

De acordo com as informações fornecidas pelo sujeito da pesquisa, sua função como supervisora é basicamente acompanhar todo o trabalho pedagógico dos professores, auxiliando e orientando sempre que for necessário. Ainda, acompanha e avalia a formação docente. Segundo Rangel (2002, p. 95) “nesse sentido, a supervisão na sua “visão sobre” tem a sua especialidade nucleada na conjunção dos elementos do currículo: pessoas e processos”.

Quanto a sua rotina de trabalho, esclarece que faz sua agenda contemplando suas atribuições como “formação, devolutivas, olhar planejamentos, assistir aulas e também a autoformação”. O que remete a fala de Rangel (2002, p. 95) quando afirma que “ser especialista é dedicar-se às questões específicas do seu trabalho – conhecimento, formação e prática – enquanto partes de um todo, de um projeto comum”.

No entanto, a supervisora esclarece que “com a ausência de professores que faltam acabamos fazendo essas outras funções, então nem sempre é possível cumprir essa rotina”. Além da falta constante de professores interferir na sua agenda, comenta que também há uma demanda de documentos e demais questões relacionadas ao andamento da escola que acabam tomando tempo e contribuindo para que suas funções específicas como supervisora acabem em segundo plano. Segundo Aguiar (2010, p. 144), “é imprescindível o apoio de diferentes profissionais que auxiliem as múltiplas tarefas que a escola exerce atualmente, uma vez que esta instituição está cada vez mais dinâmica e complexa”.

Diante do que a supervisora afirma, pode-se observar que há muitos elementos que acabam interferindo no seu trabalho de supervisão. A intensificação de atividades faz com que acabe trazendo prejuízo para o processo de ensino e de aprendizagem. Contudo (PLACCO e SOUZA, 2010) comenta que esses percalços remetem a hipótese de que há uma impossibilidade de fazer mediação em todos os processos, o que dificulta a implementação de relações e práticas de qualidade, logo, falta avanços no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A PRÁTICA DA SUPERVISÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atualmente a escola atende 43 alunos que possuem laudo, 3 alunos com deficiência auditiva, 15 alunos com deficiência intelectual, 9 alunos TEA (Transtorno Espectro Autista), 2 alunos síndrome de Down, 21 alunos TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), 3 alunos com TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), 4 alunos TOD (Transtorno Opositivo Desafiador) e 2 alunos com Dislexia.

Para atender os alunos da Educação Especial Inclusiva, a supervisora explica que a escola tem uma sala de educação especial, onde uma profissional do AEE - Atendimento Escolar Especializado “faz o atendimento no

contraturno, em um grupo de alunos”. Essa profissional atende sempre dois ou três alunos ao mesmo tempo, durante uma hora, normalmente uma vez na semana. Isto porque “tem muita demanda e não dá para atender mais que uma vez na semana”. Os alunos que precisam de mais estímulos pedagógicos no atendimento da profissional do AEE, acabam sendo prejudicados, regredindo no processo de desenvolvimento.

O trabalho dessa profissional, “é focado em conhecer as necessidades desse aluno, saber como interagir para que assim ela oriente os professores de como fazer as adaptações quando necessário”. Conforme o regimento único de Joinville, no artigo 129, “o atendimento educacional especializado é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógico, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

Portanto, as respostas obtidas apontam que a supervisora não faz um acompanhamento detido do processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão, deixando a responsabilidade para a AEE que basicamente desenvolve atividades de estimulação. Fato que impacta negativamente no rendimento dos alunos com deficiência. Segundo os autores Placco e Silva,

considerando que o processo de apropriação de conhecimento é único e singular, e que as experiências nele vividas o são na relação com outros e no coletivo, não se pode deixar em segundo plano a importância da compreensão dos aspectos subjetivos presentes no processo de aprendizagem. (2010, p. 52)

Para acompanhar o aluno da Educação Especial Inclusiva em sala de aula, a escola tem “6 auxiliares que possuem formação no magistério, cada auxiliar acompanha diretamente um aluno por turma”. Depois tem “a profissional do AEE e aí vem eu”. Assim, “tudo que eu tenho que repassar aos professores no primeiro momento eu faço com a professora do AEE, porque ela que vai identificar se, por exemplo, uma adaptação proposta está correta, se é esse o caminho”. Então, observa-se que a Supervisora Escolar consulta as

auxiliares e a profissional do AEE, para obter informações específicas na área da Educação Especial Inclusiva e depois orientar seus professores de forma adequada. Assim, observa-se que há um trabalho coletivo, o que é positivo. Por outro lado, revela que a supervisora depende da profissional do AEE, o que pode limitar sua ação uma vez que compreende-se que AEE e supervisão são áreas distintas e que demandam conhecimentos específicos.

A Supervisora Escolar afirma que após a troca de ideias com a profissional do AEE é que conversa com o professor para orientar como fazer seu planejamento e que tipo de atividade utilizar e que sua função é a de ficar “nesse monitoramento”. Muito além de monitorar o que ocorria nos anos de 1980, atualmente é necessário que o supervisor auxilie o professor conforme cita Placco e Souza (2010, p. 54) “cada vez mais, de suas maneiras de aprender, saber e fazer, tornando-se capaz de exercer seu papel de maneira mais autônoma e consciente e, quem sabe, transformadora”.

Ainda, detalhou que se a auxiliar de sala de aula informa que determinado professor não está fazendo adaptação de atividades, como supervisora ela vai até esse professor e orienta novamente, solicitando aquilo que já foi anteriormente orientado. Para Almeida (2004, p. 24 apud AGUIAR, 2010, p. 148) o supervisor escolar mesmo que apresente dificuldade com os professores, precisa buscar estratégias de “sensibilização e reflexão para a coesão do grupo”.

Segundo a Supervisora Escolar, “a adaptação não deve ser um conteúdo diferente ou a redução de conteúdos”. Explica que a questão não é quantidade e sim a maneira como apresentar os conteúdos, os recursos a serem utilizados, as atividades a serem realizadas e o instrumento de avaliação. Ressaltando a fala da supervisora, Aguiar (2010) cita que se a escola se mobiliza para um estudo permanente, é no planejamento das reuniões que será importante reservar um espaço para a discussão de adaptações no currículo, estratégias, recursos e avaliações necessárias para a prática com cada estudante com deficiência.

Quanto as avaliações externas, a Supervisora esclarece que os alunos da Educação Especial Inclusiva realizam as provas em local separado dos demais alunos da sala e que são acompanhados pelo auxiliar da sala e por um professor leitor. Isto para que possam ter “mais tempo para executar essa avaliação porque essas avaliações não vêm adaptadas, então nós adaptamos aplicabilidade dela”.

O rendimento escolar desses alunos é acompanhado pela orientação e supervisão. Muitas vezes, a orientadora verifica porque determinado aluno não está aprendendo e percebe que o professor não está fazendo a adaptação necessária ou essa adaptação não está correta. Então, comunica a supervisora que tenta resolver junto com a AEE. Segundo Rangel (2003), o contexto atual traz a escola e as lideranças um trabalho integrado de “formação/ação educativa” que unifica o supervisor e orientador para tratativas que estimulem estudos e práticas no cotidiano escolar.

A Supervisora também informa que, no decorrer de cada trimestre, ela e a professora do AEE fazem uma intervenção com os alunos da Educação Especial Inclusiva para perceber seu desenvolvimento e, às vezes, acontece que mesmo com as adaptações realizadas o aluno não quer fazer as atividades. Isto porque “já criou uma muleta, dizendo que não precisa fazer ou que na outra escola não fazia e ganhava nota de graça”. Nesses casos, é realizada uma conversa com o aluno e com a família que é chamada para vir à escola.

A avaliação para o aluno da educação inclusiva segue a mesma legislação do ensino regular. Na LDB o artigo 24, no inciso V, traz critérios em que a avaliação é contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período do ano letivo.

PANG (2008 *apud* CHRISTOVAM e CIA, 2013) ressalta que o elo com a família também é fundamental para o funcionamento do trabalho na escola, é no envolvimento de modo positivo, visto que conhecendo os recursos e necessidade dos responsáveis, os professores poderão auxiliar estas famílias na

amenização do comportamento sofrido e na rotina da escolarização por meio da interação colaborativa que agregará no processo de inclusão escolar.

Quanto a relação da equipe pedagógica frente aos desafios da Educação Especial Inclusiva, a Supervisora afirma ser tranquila e de parceria. Explica que sempre que os professores trazem até ela uma demanda como, por exemplo, um aluno que não está acompanhando ou que não faz as atividades, “vem o trabalho do profissional do AEE que busca achar soluções para minimizar essas perdas”. Novamente, parece haver uma lacuna na ação da supervisora, pois se trata de um trabalho em parceria, o supervisor escolar junto com os professores também precisa buscar meios para recuperar essas perdas. Placco (2004, p. 51 *apud* AGUIAR, 2010, p. 152) diz que a responsabilidade partilhada acontece quando “ambos reconhecem seus papéis e limitações e buscam em conjunto sanar as dificuldades e avançar sobre os novos desafios”.

Para a Supervisora, os desafios na Educação Especial Inclusiva são muitos. Mas, considera que as maiores dificuldades advêm da grande quantidade de alunos em sala de aula e do currículo escolar extenso. Segundo a Supervisora, isto dificulta o trabalho do professor quanto as adaptações e o atendimento adequado para atender as necessidades de todos os alunos, não só os da Educação Especial Inclusiva. Nas suas palavras, “é muito difícil em uma sala de 35 alunos você dar atenção para aquele aluno como ele precisa. E na nossa rede nem todos tem direito a auxiliar, são poucos auxiliares para uma demanda muito grande de alunos com necessidades”.

O que remete à reflexão desse contexto escolar na educação especial inclusiva, em compensação do que é presente nas políticas públicas, segundo Aguiar (2010, p. 155), “a inclusão de alunos com deficiência é uma conquista, e os profissionais da educação não podem eximir da responsabilidade de atendê-los em suas necessidades específicas de aprendizagem e convivência no espaço escolar”. O que também lembra da importância da existência de uma equipe capacitada para atuar junto aos professores.

Continuando, a Supervisora explica que, com o número de alunos que se tem em sala atualmente, muitas vezes o professor nem observa se o aluno da

educação especial inclusiva está fazendo ou não as atividades adaptadas. Acrescenta que outro fator que contribui para as dificuldades enfrentadas é o fato de “não termos os auxiliares para dar esse suporte porque a rede tem o entendimento de que somente os alunos que necessitam de acompanhamento nas Atividades da Vida Diária - AVDs ou as situações em que o Ministério Público exige que se coloque esse auxiliar” é que esse auxiliar deve ser contratado. Como a rede não tem uma política de atendimento, o ministério público tem que interferir e segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no artigo 28 e inciso XVII, o poder público tem como função assegurar a oferta de profissionais de apoio escolar. A não efetivação desse direito prejudica alunos que necessitam de apoio pedagógico, dessa forma parece que a perspectiva de educação inclusiva ainda não é para todos.

De acordo com a Supervisora entrevistada, ela não se considera preparada para contribuir com o ensino e a aprendizagem do aluno da inclusão porque “eu não tenho formação, se eu tivesse a formação específica poderia contribuir ainda mais. Mas é uma escolha minha, eu não quis ir por esse meio, eu atendo, trabalho, mas como suporte de pessoas que estão mais bem preparadas”.

É preciso considerar que a supervisora escolar necessita se capacitar, integrando o papel de pesquisador e proporcionando momentos de troca de experiências, pois a atuação do supervisor reflete no trabalho dos professores. Segundo Aguiar (2010, p. 153) as ações do supervisor escolar para sua equipe pedagógica “rebatem o isolamento que muitos professores adotam por se sentirem incapazes de fazer o melhor para os alunos com deficiência e leva-os a perceber que muitos outros buscam caminhos e vencem desafios semelhantes”.

Diante dessas condições, a Supervisora acredita que pode contribuir para um ensino e aprendizado inclusivo “fazendo essa ponte entre o profissional do AEE e os professores para que a gente consiga avançar com esse aluno na aprendizagem. Mesmo considerando todas as limitações, penso que o supervisor não pode negligenciar esse aluno, dizer que ele não existe ou, como

alguns sistemas trabalham, dar a média para aprovar”. Segundo Placco e Souza (2010) A mediação é intervenção. Mas só será intervenção se promover esta transformação, não é algo que se coloque entre dois elementos, mas sim pensá-la como algo que se coloca no lugar de.

Assim, observa-se que a supervisora tenta fazer o seu trabalho e contribuir com a qualidade da educação inclusiva em sua escola. No entanto, conforme ela mesma afirma, não tem a formação necessária. Dessa forma, entende-se que sua contribuição fica prejudica pela falta de conhecimentos, o que nos faz refletir sobre o papel do supervisor diante da demanda de alunos da Educação Especial Inclusiva cada vez maior em nossas escolas.

Segundo a Supervisora, se o aluno não apresenta avanços, algo está errado nos procedimentos da escola. Ela diz que “acreditamos que se o aluno não apresenta avanços é porque alguma coisa não está certa, a escola não está conseguindo auxiliá-lo”. Continua dizendo que trabalham com o princípio de que todos aprendem, então “é papel do supervisor ficar fazendo esse monitoramento, esse auxílio, esse suporte”.

Compreende-se que é importante que a escola atenda todas as necessidades dos seus alunos, bem como garanta a aprendizagem daqueles que apresentam deficiência e, para tanto, é preciso refletir essa prática. Por isso a importância da autoavaliação para toda a equipe pedagógica e de um plano de ação, buscando responder se estão conseguindo contribuir para um processo de aprendizagem inclusivo, se as ações desenvolvidas no campo da educação especial inclusiva estão contribuindo para que seus alunos alcancem objetivos como: adquirir autonomia, socialização e aprendizagem entre outros.

Segundo Aguiar (2010), “especial não é necessariamente um aluno com ou sem deficiência, mas serão os recursos que a escola disponibilizará para assegurar uma aprendizagem significativa e eficaz no ambiente escolar”. Nessa perspectiva, é preciso que a escola faça um levantamento de todas as ações que estão sendo realizadas e as que ainda podem ser desenvolvidas para dar o suporte necessário ao aluno da educação especial inclusiva, contribuindo para a sua aprendizagem e desenvolvimento de forma assertiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve o intuito de levantar elementos para a compreensão do papel do supervisor no processo de ensino aprendizagem do aluno da Educação Especial Inclusiva, bem como analisar o trabalho do supervisor com sua equipe docente e identificar como sua função pode agregar para a qualidade de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na Escola Municipal João Bernardino da Silveira Junior, da rede municipal de Joinville-SC, tendo como sujeito da pesquisa a supervisora da escola.

De acordo com os dados levantados, é possível pontuar que a supervisora escolar possui uma carreira docente sólida e que compreende a importância da educação inclusiva na escola de ensino regular e que esta envolve a adoção de práticas que possibilitem a formação integral dos alunos.

No entanto, em relação a sua contribuição nesse processo, a supervisora argumenta que se limita a fazer a mediação entre os professores e a profissional do atendimento educacional especializado - AEE, auxiliando no monitoramento do cumprimento das ações pedagógicas. Logo depois, afirma não estar preparada para contribuir de forma significativa e que não busca se capacitar e se aprofundar já que a profissional do AEE é a especialista que atua diretamente com os alunos e professores.

De acordo com a supervisora, a escola enfrenta alguns desafios quanto ao atendimento do aluno da Educação Especial Inclusiva, citando como exemplo, o currículo extenso, a existência de professores que não colaboram nas práticas e adaptações, como também, a grande demanda de alunos com deficiência. Ela ressalta que a rede de ensino dificulta a contratação de auxiliares para o apoio pedagógico, pois entendem que somente alunos que necessitam de acompanhamento nas AVDs devem ser contemplados ou quando

o Ministério Público exige, visto que essa determinação é assegurada na Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Diante da fala da supervisora, revelando aspectos desse ambiente escolar e as ações promovidas para atender os alunos da Educação Especial Inclusiva, pode-se inferir que a supervisora e a escola enfrentam dificuldades para que essa modalidade de ensino aconteça de forma assertiva.

É importante esclarecer que não se trata de culpabilizar a escola e o profissional supervisor, mas temos que considerar que todos os envolvidos devem ser cientes e cumprir com suas responsabilidades para que se possa garantir os direitos de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Entende-se que o papel do supervisor é fundamental para esse objetivo, haja vista que suas atribuições incluem a assistência e parceria aos professores no processo de ensino e aprendizagem, o que impacta diretamente no rendimento escolar desses alunos.

Nesse sentido, acredita-se que todo supervisor escolar deve buscar ressignificar sua prática diante do desafio da Educação Escolar Inclusiva e se aprofundar em conhecimentos que possibilitem meios para que possa contribuir com a prática pedagógica dos professores como a formação na Educação Especial, embasando o conhecimento teórico e prático visando o sucesso desses alunos.

Quanto as situações levantadas na pesquisa que ocorrem dentro da sala de aula, as possíveis soluções poderiam ser, levar para a Secretaria de Educação para discutir sobre o apoio pedagógico ao aluno com deficiência; a qualificação dos professores, equipe diretiva e auxiliares de inclusão em relação a mediação, metodologias e adaptações no currículo do ensino regular do município de Joinville com o objetivo de alcançar o sucesso no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão.

Ainda, ressalta-se que a pesquisa realizada foi um estudo de caso, definido por Gonçalves (2003, p. 67) como “o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise

de um fenômeno” e considerada por Yin (2010) uma importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas a olho nu e favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

Nessa perspectiva, os resultados aqui levantados apontam como a ação supervisora ocorre atualmente, geralmente, diante das demandas da Educação Especial Inclusiva. Assim, pode-se dizer que o presente estudo significa uma contribuição importante para a reflexão sobre a ação do supervisor escolar junto aos professores e, conseqüentemente, sobre como ela impacta na busca de melhor qualidade de ensino para esses alunos.

Compreendendo que muitos aspectos ainda precisam ser levantados para aprofundamento do tema, sugere-se que outros estudos sejam realizados para que se possa dar continuidade à discussão que a pesquisa aborda.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Lucia Gusson. “Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular”. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Org.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

ALIAS, Gabriela. Desenvolvimento da Aprendizagem na Educação Especial - Princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Inclusiva. 1. ed. São Paulo: Cengage, 2016. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Org.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov>. Acesso em: 28 set 2022.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial-MEC; SEESP, 2001.

- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9.394/1996. Ministério da Educação, Brasília, 1996.
- CHRISTOVAM, Ana; CIA, Fabiana. O Envolvimento parental na visão de pais e professores de alunos com necessidades educacionais especiais. 2013. Disponível em: SciELO. Acesso em: 16 out 2021.
- GIL, Antônio. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- _____, Antônio. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.
- _____, Antônio. Como Fazer pesquisa Qualitativa. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.
- GONÇALVES, Elisa Pereira. Conversas Sobre Iniciação à Pesquisa Científica. 3. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003 – 80 p.
- GRISPUM, Miriam P.S.Z. (Org.). Supervisão e Orientação Educacional: perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003.
- JOINVILLE, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Educação. Regimento Único das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Joinville, 2019
- LIMA, Elma Corrêa de. “O olhar histórico sobre a supervisão”. In: RANGEL, Mary. (Org.). Supervisão Pedagógica: princípios e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- MARA, Raquel. A função supervisora numa perspectiva histórica. Web Artigos Publicados. 2009. Disponível em: web artigos. Acesso em: 15 de Ago. 2022.
- PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisam de. “Diferentes aprendizagens do coordenador pedagógico”. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. (Org.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- RANGEL, Mary. “Supervisão: do sonho a ação - uma prática de transformação”; SAVIANI, Dermeval. “A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia” In: FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010..

Leticia Graudin de Negreiro

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Guilherme Guimbala (FGG). E-mail: leticia.graudin.de.negreiro@fgg.edu.br.

Rosemari Conti Gonçalves

Mestra em Educação (UFSC) e Professora da Faculdade Guilherme Guimbala (FGG). E-mail: rosemari.conti.goncalves@fgg.edu.br

Recebido em 28 de fevereiro de 2023.

Aceito em 2 de maio de 2023.